

República do capital: capitalismo e processo político no Brasil

DÉCIO SAES

São Paulo: Boitempo, 2023. 304p.

*Francisco Prandi**

A notícia da reedição de *República do capital* (2001) de Décio Saes por si própria já seria excelente para os interessados em compreender a história política do Brasil. Mais ainda quando enriquecida por artigos que não constavam na edição original e que permitiram uma importante organização por blocos temáticos: 1) a revolução burguesa no Brasil; 2) balanço dos impactos da revolução burguesa no Brasil; 3) classes e conflitos de classe na longa história da política brasileira (1889-1989); 4) da transição do regime democrático na década de 1980 à política neoliberal nos anos 1990.

Um dos pioneiros na aplicação do dispositivo teórico-conceitual de N. Poulantzas e L. Althusser na análise da história política do Brasil, Saes parte da totalidade social como articulação das estruturas econômica e jurídico-política para analisar a configuração das instituições políticas, a orientação das políticas governamentais e as ideologias políticas em sua relação com tais políticas e interesses coletivos das classes sociais. Assim, a relação entre capitalismo e processo político permite duas

* Doutorando em Sociologia na Unicamp. E-mail: francisco.prandi.carvalho@gmail.com

possibilidades. No curto prazo, a configuração do sistema econômico capitalista impõe limites ao processo político, que sofre modificações secundárias que não alteram seu caráter. No longo prazo, efeitos cumulativos no desenvolvimento das forças produtivas podem trazer implicações sociais e políticas, impulsionando transformações revolucionárias, como na transição do escravismo para o capitalismo. Um notável traço deste livro é a disposição ao debate e à incorporação, com retificações e desenvolvimentos, de teses e autores não marxistas.

No primeiro bloco, apoiando-se e debatendo com a vasta bibliografia a respeito da revolução burguesa no Brasil, o autor demonstra a relevância do lugar do político (1888-1891) dentro do processo global da revolução burguesa. A Abolição, a Proclamação da República e a Constituinte de 1891 abrem espaço para a constituição do Estado burguês no Brasil, ao abolir o direito escravista, instituir a igualização formal e abrir a burocracia de Estado formalmente para todas as classes sociais. A nova estrutura jurídico-política permitiu a transição do escravismo moderno para o capitalismo no Brasil, atingindo a condição de modo de produção dominante nos anos 1950, quando a indústria superou a agricultura. Contrariando parte da historiografia tradicional – o que chama da “história sem massas”, Saes demonstra a importância e os limites das lutas da massa escravizada e da luta abolicionista dirigida pela classe média urbana nessa transição. Desse modo, desenvolve uma crítica à tese de Florestan Fernandes sobre a revolução burguesa no Brasil, em particular a pouca importância que este autor deu ao papel do Estado, a inadequação dos fazendeiros paulistas do café e dos imigrantes que se aburguesaram como forças dirigentes da revolução e o pouco peso dado às lutas de massas nesse processo.

O segundo bloco de textos está dedicado aos impactos da revolução burguesa na configuração político-institucional do Estado brasileiro. Partindo da análise da transição do escravismo moderno para o capitalismo tardio e dependente, visa demonstrar que o desenvolvimento de forças produtivas aqui proporcionado era menor do que o produzido pelo feudalismo na Europa. O caráter predatório da colonização esgotava de maneira mais profunda os recursos naturais, de modo que não houve nem desenvolvimento de um artesanato rural e urbano e nem reforma agrária. Por conseguinte, não se desenvolveu um mercado de massas para a nascente burguesia industrial. O padrão de industrialização retardatário, dependente e acelerado teve como consequência a formação de uma burguesia industrial organicamente frágil, dependente e que frequentemente se punha contra o processo de industrialização, vendo a produção interna de máquinas como elevação dos custos de produção.

Coube à classe média, civil e militar, levar adiante o intervencionismo estatal industrializante, participando ativamente da Revolução de 1930. Diante de uma crise de hegemonia no bloco no poder e de uma classe dominante agrária contrária à industrialização, os governos pós-1930 buscaram nas classes trabalhadoras urbanas uma base social que lhes permitisse levar adiante esse processo por meio

da política populista. O golpe militar de 1964 prosseguiu com a industrialização, mas retirou as massas da cena política e permitiu a representação do capital estrangeiro e da burguesia associada. De acordo com o autor, é nestes fundamentos histórico-sociológicos e não em uma herança cultural do autoritarismo ibérico que estariam situadas as raízes do caráter limitado das experiências democráticas no Brasil (Primeira República, 1945-1964 e período neoliberal). O mesmo vale para a cidadania política, que sempre teve caráter instável e intermitente, e direitos sociais conquistados por meio de lutas reivindicatórias das classes populares e da intervenção de grupos sociais intermediários, como a burocracia estatal.

O terceiro bloco “classes e conflitos de classe na longa história da política brasileira” analisa o período 1889-1989. A burocracia estatal enquanto força social autônoma cumpriu papel altamente relevante na revolução burguesa no Brasil. Partindo das análises de Poulantzas em *Fascismo e Ditadura*, Saes busca demonstrar a relação, via de regra conflituosa, entre a burocracia e a fração dominante no bloco no poder. Isso porque o objetivo da burocracia é o de garantir a unidade política das classes dominantes sob a égide de uma fração e não garantir a preponderância de interesses econômicos de uma ou outra fração. Necessita, assim, atender interesses de frações secundárias.

Ao desenvolver os índices de hegemonia dentro do bloco no poder, tarefa que não teria sido realizada satisfatoriamente por Poulantzas, Saes defende a tese de que a ditadura militar organizou a hegemonia do grande capital bancário (nacional e estrangeiro) – que havia perdido posições no bloco no poder no período pós-revolução de 1930. Isso ocorreu sob a aparência desenvolvimentista, dissociando hegemonia ideológica da hegemonia política no bloco no poder. Ao mesmo tempo, desorganizou as classes populares por meio da repressão aberta, do sindicalismo de Estado, proibindo a unificação econômico-corporativa e partidária.

Em ensaio destinado às classes médias traz inovações no uso desse conceito dentro da teoria marxista, dialogando criticamente com autores não marxistas. Saes busca demonstrar que as classes médias não necessariamente agem unificadas no processo político. De 1930-1964, elas teriam se dividido com a alta classe média praticando um liberalismo antipopular, cuja expressão partidária era a UDN, ao passo que a baixa classe média se aproximou do populismo, ao aderir a um estatismo industrializante e assistencialista, praticando ações reivindicatórias dentro dos marcos do sindicalismo de Estado. Teria ainda surgido um “novo setor terciário” dentro das classes médias vinculado à autoridade técnica e administrativa dentro da indústria, ideologicamente convicto da necessidade de uma sociedade altamente despótica e hierarquizada, sendo base do regime militar.

O quarto bloco de textos está dedicado à transição para o regime democrático no Brasil, que coincidiu com a transição para o período neoliberal. Sua análise da Constituinte questionava o otimismo de teses que não observavam que as “instituições políticas aparentemente democráticas”, mesmo que úteis para as forças marxistas, cumpriam a função ideológica de ocultar o caráter militarizado

no processo decisório vigente em 1988. Os militares agiam como “rede estatal paralela” (Poulantzas), conforme era possível ver na frequente consulta a militares para a discussão de temas-chave que, numa democracia burguesa, caberiam a civis, além da não-abordagem de temas “tabus” pelo Parlamento. Contudo, Saes reconhece como altamente positivo o desenvolvimento de um movimento reivindicatório das classes trabalhadoras e o salto qualitativo na experiência político-partidária das massas. Além disso, busca identificar a relação efetiva de adesão e resistência entre as políticas estatais neoliberais e os interesses de classes, frações, camadas e categorias.

Para o autor, o governo FHC mostrou que clientelismo e neoliberalismo eram contraditórios apenas no nível do discurso, pois possuíam uma relação harmoniosa como ocorria também em países centrais. O capital financeiro internacional foi a única fração com a qual o programa neoliberal coincidiu plenamente. Setores subalternos nessa frente como a Febraban, FIESP e CNI (representantes da grande burguesia interna) resistiram pontualmente a elementos desse programa, como no caso da abertura total e irrestrita ao capital internacional. Entretanto, viram no neoliberalismo a única arma ideológica eficaz para vencer eleitoralmente a esquerda. Por outro lado, as classes médias e parte da classe trabalhadora foram atraídas pelo discurso “modernizante” de acabar com o Estado parasitário e empreguista. Por fim, teria surgido uma nova versão do “populismo”, cujo objetivo passou a ser o desmantelamento do “Estado”, que supostamente traria bem-estar material às massas populares. Esse populismo neoliberal teria ganhado apoio em relação ao populismo clássico na medida em que este priorizou interesses das burguesias monopolistas privadas e de Estado e não das massas trabalhadoras.

A nova edição do livro de Décio Saes apresenta uma análise original e consistente do Brasil, dialogando criticamente com outras tradições teóricas marxistas e não marxistas. Por esse motivo, enseja reflexões tanto sobre a atual conjuntura, bem como a problemáticas histórico-sociológicas de longa duração. Trata-se de um clássico das Ciências Sociais brasileiras.